



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 143 NÚMERO 3098 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
JANEIRO 2022 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



## ENTREVISTA Jakilson Pereira

É um dos dirigentes do Moinho da Juventude, associação comunitária da Cova da Moura que trabalha com a população. Abandonado durante anos pela autarquia e pelo Estado, este bairro da Amadora enfrenta a falta de investimento público. É uma luta de quem aqui vive pelo direito a existir. **págs. 8 e 9**

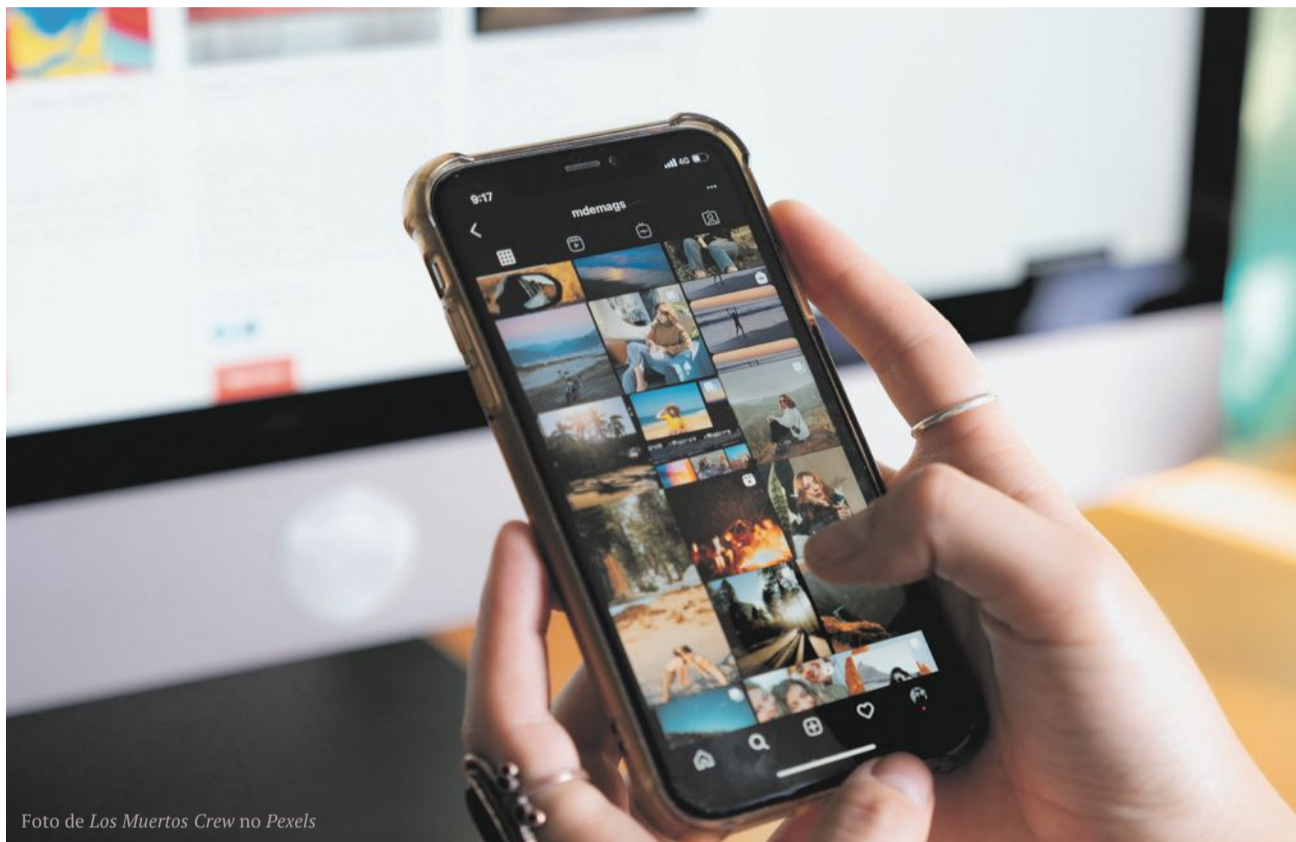


Foto de Los Muertos Crew no Pexels

## DIGITAL

# Operadores de telecomunicações impedem direito universal

Portugal tem o acesso mais caro à internet depois do Chipre. É um direito humano reconhecido pela ONU mas longe de cumprir num país em que os operadores de telecomunicações já foram acusados de combinar

preços, publicidade e distribuição territorial. O governo lançou a tarifa social da internet mas a própria DECO já considerou que a medida pode ser ineficaz. **págs. 6 e 7**



## Isolados não podem votar

O número de mesas de voto antecipado vai passar para o dobro em resposta ao aumento de casos de covid-19 depois do aparecimento da variante Omicron. Contudo, o secretário de Estado diz que “não pode fazer nada” e que os eleitores que estiverem em isolamento entre 24 e 30 de janeiro não vão poder votar. **pág. 10**



## “Crime” na Mata dos Medos

O abate de árvores em dezembro na Mata dos Medos, na Charneca de Caparica, foi pretexto para vários protestos da população, associações e partidos. Uma grande quantidade de pinheiros mansos foi cortada com recurso a maquinaria pesada em plena reserva, na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. **pág. 12**



## Bloody Sunday foi há 50 anos

Domingo, 30 de janeiro de 1972, em Derry, na Irlanda, o exército britânico levou a cabo um massacre sobre manifestantes que lutavam por direitos civis e políticos. As circunstâncias que levaram a este desfecho são essenciais para a compreensão deste período traumático. **pág. 16**



## Chile. Boric vence eleições

A vitória de Gabriel Boric nas presidenciais do Chile está carregada de euforia à esquerda e de simbolismo pela derrota do legado de Pinochet. Mas também de avisos às dificuldades de governação num continente que vira à esquerda mas que enfrenta os perigos de existir demasiado perto dos Estados Unidos. **pág. 14**



## Dar mais força à luta por uma vida melhor

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

No próximo dia 30 vamos ser chamados a eleger os 230 deputados para a Assembleia da República. Sim, porque ao contrário do que pretendem fazer crer, as eleições não são para primeiro-ministro mas sim para os nossos representantes no Parlamento.

Tratam-se de eleições antecipadas, que só ocorrem porque o Governo do PS assim o quis, ao recusar incorporar no Orçamento de Estado para 2022 um conjunto de medidas indispensáveis para o progresso do país e para a melhoria da vida dos trabalhadores e do povo. Como ficou claro, pretendeu eleições, querendo fugir a qualquer condicionamento que limite as suas opções determinadas por compromissos com a política de direita.

Com a conjuntura criada em 2015 (e da pressão daqueles que à esquerda logo apelaram a que à derrota da direita deveria corresponder uma nova política) e a consequente formação do Governo do PS, este foi forçado a contemplar algumas medidas, designadamente a reversão de algumas das mais retrógradas do Governo Passos Coelho e da Troika, apesar de nunca ter assumido uma política verdadeiramente de esquerda, de acordo com as necessidades do País.

A persistente luta dos trabalhadores forçou a concretização de avanços, que só não foram mais longe porque infelizmente a política do Governo ficou muito aquém do que seria necessário, por um lado, não cumprindo com as medidas aprovadas, pura e simplesmente não as implementando ou utilizando para tal o subterfúgio das cativações e por outro, posicionando-se cada vez mais como aliado dos grandes interesses económicos, como o comprovam o facto de nos últimos dois anos a maioria das suas propostas ter sido aprovada na assembleia da República em aliança com os partidos da direita.

Não basta dizer-se que é de esquerda, é preciso demonstrá-lo com uma política consentânea com as necessidades do povo e do País, mesmo que tal não seja do agrado da União Europeia e dos interesses do grande capital que a mesma incorpora.

Não é assim de estranhar que se tenham agravado significativamente as assimetrias em Portugal, com os ricos a acumular cada vez mais fortuna e os pobres a sofrerem das maiores dificuldades.

Paralelamente, regista-se o facto muito negativo de o número de trabalhadores pobres a atingir um novo record. Infelizmente, hoje ter um trabalho não é suficiente para se sair da pobreza.

Não foi por razões financeiras que não se avançou com as medidas que os trabalhadores e o povo reclamam, até porque, como sabemos há sempre dinheiro para ir em defesa do grande capital, designadamente financeiro, como o comprovam o apoio aos desmandos dos banqueiros, que já custaram mais ao erário público do que a verba que com grande pompa e circunstância anunciam que vamos receber da EU, a chamada “bazuca”, que curiosamente terá boa parte afeta aos grandes interesses económicos.

Na mesma linha vem a recusa em reverter o pacote laboral vindo da troika, em que os direitos dos trabalhadores são subalternizados, a precariedade é quase a regra e a contratação coletiva posta em causa com as medidas que permitem a sua caducidade, enfim, uma legislação laboral que deixa todo o poder nas mãos do patronato.

Em consonância com o Governo, temos agora a OCDE (que engloba os países da União Europeia) a clamar que não se deve aumentar muito o salário mínimo. É curioso que estas organizações estão sempre muito atarefadas em travar os salários dos trabalhadores, mas nunca vi nenhuma preocupação em tomar medidas para reduzir os elevados rendimentos do grande capital, designadamente das multinacionais (pelo contrário, só as protege, como no caso das grandes farmacêuticas, não assegurando a libertação das patentes das vacinas, para que o combate à pandemia pudesse assumir um carácter efetivamente global), ou não tomando medidas contra os “paraísos financeiros” e o esbulho de muitos milhares de milhões (significativamente, a grande maioria das offshores estão sediadas em países da OCDE).

Mas como sempre, e mais uma vez, está nas nossas mãos. No próximo dia 30 de janeiro vamos dar mais força à luta por uma vida melhor, vamos votar para eleger deputados que de facto estejam comprometidos com os interesses do desenvolvimento do País e com a melhoria das condições de vida do povo, de quem trabalha e dos reformados, com o apoio à produção e às pequenas e médias empresas, com o investimento e a defesa dos serviços públicos.

### EDITORIAL

## Virar o nosso futuro à esquerda

Começa um novo ano e, inevitavelmente, sonhamos com uma vida melhor, fazemos planos e projetamos futuros. Depois de dois anos de pandemia em que tudo é mais cinzento, parecem certas as palavras de Antonio Gramsci de que só será um ano diferente se fizermos dele um ano diferente. Naturalmente, o comunista italiano referia-se à aspiração coletiva de um mundo melhor. Cabe-nos lutar por isso. Como afirmou o irlandês James Connolly, “as nossas reivindicações mais moderadas são que só queremos o mundo”. Querer viver num planeta sem desigualdades, guerras e com justiça social é mais do que uma mera aspiração. São princípios que guiam este jornal desde 1879.

A menos de um mês das eleições legislativas, temos a oportunidade para refletir de que forma é que as nossas escolhas políticas nos podem aproximar mais desses objetivos. António Costa parece apostado numa estratégia de vitimização para fazer crer que o governo PS caiu devido ao chumbo do orçamento. Foi a intransigência e a inflexibilidade nas negociações, sabendo que governava em minoria, que conduziu a esse desfecho. O facto é que, ao contrário do que o PS e Marcelo Rebelo Sousa quiseram, quando um orçamento é chumbado, o executivo pode apresentar uma nova proposta. Por diferentes motivos, tanto Marcelo como Costa quiseram eleições. Este último já pede maioria absoluta apesar de ter dito na última ida às urnas que as maiorias absolutas são perigosas.

Vamos aos factos. Foi a luta dos trabalhadores e da população que derrotou o governo de Passos Coelho. A inércia do PS durante o período da troika foi tal que não conseguiu sequer ficar à frente da coligação governamental de então. Foi, após o mote do PCP na noite eleitoral, que Passos Coelho e Paulo Portas acabaram por não conseguir formar governo, abrindo-se caminho a um executivo do PS condicionado pelos partidos à sua esquerda.

Sejamos claros, sem estar condicionado pelos partidos à sua esquerda, pelo histórico dos governos PS, sabemos o que teria acontecido se Costa tivesse governado com maioria nos últimos seis anos. Na maioria das vezes, os deputados do PS votaram ao lado dos partidos à sua direita como o PSD, o CDS ou a IL. Os avanços que aconteceram nas duas legislaturas só aconteceram porque o PS teve de ceder aos partidos à sua esquerda.

A pergunta que devemos fazer é: queremos que os bolsos vazios de muitos continuem a encher os cofres de uns poucos? Queremos que o futuro dos nossos filhos seja a precariedade laboral? Queremos que os bancos sejam mais importantes do que os nossos serviços públicos? Porque as nossas vidas contam, a resposta de cada um de nós deve ser dada nas urnas e nas ruas.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**REDAÇÃO PRINCIPAL** Bruno Amaral de Carvalho  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária



Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional





VOZ



## Trabalhadores d'A Voz do Operário celebram Natal

O salão de festas d'A Voz do Operário voltou a ser palco do já tradicional jantar de Natal dos trabalhadores, onde houve lugar até para um concurso do melhor bolo, de entre os muitos trazidos pelos participantes.

O calor da época voltou a juntar trabalhadores, voluntários e dirigentes d'A Voz do Operário dos diferentes espaços e setores. Um convívio prévio na sala associativa aqueceu o ambiente com um beberete mas o jantar preparado por voluntários foi a estrela da noite com uma árvore de Natal no centro das atenções. De seguida, Manuel Figueiredo e Vítor Agostinho, respetivamente, presidente e vice-presidente da instituição, falaram aos trabalhadores e agradeceram o esforço e o empenho de todos aqueles que fazem com que A Voz do Operário funcione todos os dias, junto com os associados, nas suas diferentes va-

lências e que dão prestígio a este histórico nome do movimento associativo. A seguir ao jantar, Vítor Agostinho fez questão de fazer subir ao palco e de apresentar vários dos novos trabalhadores da instituição.

A noite acabou com um divertido concurso para escolher o melhor bolo trazido para a festa que teve um representante de cada setor como elemento do júri. De seguida, inevitavelmente, todos provaram os diferentes exemplares. Mas ainda houve lugar para uns passos de dança para desfecho de mais uma noite de Natal n'A Voz do Operário.

TEATRO

## Dançar ideias, pensar outros ritmos, inventar novos movimentos

Real Pelágio, Associação Cultural

Chegámos ao final de mais um ano, e não deixa de ser um ciclo que se renova, e um tempo de balanço necessário para retomarmos o movimento.

No Centro de Formação Artística, as sessões semanais extracurriculares para crianças, no Teatro da Voz, acompanharam esta pausa letiva: Laboratório – Oficina multidisciplinar de movimento, música e direitos humanos com Fernando Baggio, Magnum Soares e Simone Longo de Andrade, oficina de Ritmo e Percussão, com Fernando Baggio, e o Grupo de Leitura Livre, com Susana Ribeiro Martins.

Desde outubro, foram semanas vividas com grande intensidade. Os grupos foram-se conhecendo e descobrindo novas formas de comunicar intenções e ações, através da exploração livre de sons, pensamentos, movimentos e livros. “Qual é o som que habita dentro do teu corpo? Se pudesses reproduzir esse som por uma palavra, qual seria? Que som tem o teu cansaço?”, ouviu-se numa sessão do Laboratório. “Porque é que vivemos? Porque é que precisamos uns dos outros? Os outros seriam os mesmos se tu não existisses?”, perguntava-se no Grupo de Leitura Livre.

Para além destas atividades, que retomam a sua regularidade em janeiro, o segundo período letivo marcará o início de mais uma edição de formação artística integrada no plano curricular do primeiro ciclo do ensino básico da Escola da Graça A Voz do Operário, envolvendo 8 turmas. O projeto estende-se ainda a 2 turmas da Escola Básica do Castelo. Integram esta formação: a oficina Ler o mundo através dos direitos humanos, com Simone Longo de Andrade, a oficina de Teatro e Movimento, com António Simão, Dança, com Magnum Soares e Filipe Baracho, e um atelier de som, com Simão Costa.

Em janeiro, no Teatro da Voz, retomamos também as aulas semanais de Dança Contemporânea para adultos, estudantes e profissionais das artes performativas, com Beatriz Valentim. Ainda há vagas! (para mais informações [beatriztorraovalentim@gmail.com](mailto:beatriztorraovalentim@gmail.com)).

INSTITUCIONAL





## MEMÓRIA

# 150 anos do sindicalista Júlio Silva, e a conquista do direito à folga semanal



Na sede d'A Voz do Operário existe uma placa de homenagem ao sindicalista Júlio Silva.

Foi em 1907 que, em Portugal, os trabalhadores da indústria e do comércio viram escrito na lei o seu direito a terem um dia de folga por semana.

Quantas décadas de luta foram precisas para chegar a esse momento! E mais luta foi depois necessá-

ria para aplicação prática da lei. Aliás, ainda em 1907 um novo decreto do mesmo governo veio diminuir o seu alcance. Em 1911, a República prometeu resolver o problema com nova lei mas esta veio ainda envolta em contradições.

Marx sublinhava que “a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias”. E de facto, a acção colectiva de trabalhadores foi fundamental para que se tornasse realidade o direito a um dia de folga semanal.

Uma das pessoas que mais se empenharam nesta luta foi o sindicalista Júlio Silva.

Nasceu no dia 20 de janeiro de 1872, em Lisboa.

Foi fundador (em 1906) e ‘líder histórico’ de um grande sindicato à época, a «Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa».

E espalhou o seu activismo por diferentes vertentes associativas.

Entre outras tarefas, foi presidente da «Federação Nacional de Associações de Socorros Mútuos» (dissolvida por Salazar em 1941).

Foi também um dos principais fundadores da «Federação Distrital de Sociedades de Educação e Recreio de Lisboa» (em 1924) e dos «Inválidos do Comércio» (em 1929).

E foi presidente da assembleia-geral da sociedade A Voz do Operário.

Júlio Silva era militante do antigo Partido Socialista Português. E deu a cara pela oposição à ditadura como membro da “comissão de propaganda” de uma frente antifascista, a «Aliança Republicana-Socialista» (em 1931).

Faleceu em 1940.

## MEMÓRIA

## Centenário da morte do operário Saul Pacoldino Fernandes



Saul Pacoldino Fernandes

Madrugada de 29 de Janeiro de 1922. No bairro da Mouraria, Lisboa.

Falecia o então director do jornal *A Voz do Operário*. Seu nome era Saul Pacoldino Fernandes. Tinha 66 anos de idade e o ofício de operário charuteiro.

Foi durante décadas um dos grandes activistas das lutas sindicais dos trabalhadores da indústria tabaqueira – além de ter sido um dos responsáveis pela sociedade A Voz do Operário.

Na sua biografia salienta-se também o facto de ter sido um dos dirigentes iniciais do primeiro partido político operário em Portugal: em 1877/78, ele foi membro do “conselho central” do antigo Partido Socialista Português, ao lado de Azedo Gneco e José Nobre França.

E mencionamos ainda a sua participação na luta pelo direito à habitação. Em 1919, e na sequência de uma grande mobilização do movimento sindical em que ele participou, Saul Pacoldino Fernandes foi nomeado pelo governo republicano como um dos quatro membros de uma comissão revisora da lei do inquilinato. Na altura ainda não existia a Associação dos Inquilinos Lisbonenses, ele foi nomeado como representante da Sociedade A Voz do Operário [*Diário do Governo*, 2ª série, 04/12/1919].

Saul Pacoldino Fernandes via na A Voz do Operário uma “prova real e indiscutível de que o povo pode realizar grandes cometimentos, desde que se associe” [*A Voz do Operário*, 12/10/1913, p.2].

Director deste jornal desde o final de 1910, guardava

um grande respeito pelos seus fundadores, operários tabaqueiros como ele.

Evocava-os como “humildes trabalhadores, pertencentes a uma das classes mais desprotegidas” que, “compenetrados da verdade de que a emancipação dos trabalhadores tem de ser obra deles próprios” e “num momento de angústia e revolta”, criaram este jornal “para defender os seus direitos postergados pela imprensa burguesa”.

Quando os “manipuladores de tabaco” criaram A Voz do Operário “formavam uma das classes mais pobres que existiam em Portugal”. Mas Saul não dizia “das mais infelizes, porque ela tinha coragem e energia para lutar, e quem possui estes predicados nunca é das mais infelizes; no entanto, a sua situação era das mais precárias”.

Apelava para “que os vindouros se lembrem, com uma recordação saudosa, desses obscuros, que iniciaram a grandiosa obra de que nós nos orgulhamos”. [*A Voz do Operário*: 15/10/1911, p.2; 13/10/1912, p.1; e 12/10/1913, p.2]

Neste centenário da sua morte, não será justo fazer o mesmo apelo em relação ao próprio Saul Pacoldino Fernandes?





Maria do Céu Guerra

**EU ESCOLHO VACINAR-ME.**

**Faça o mesmo.  
Por si. Por nós. Por todos.**

**Vacine-se contra a gripe e reforçe  
a proteção contra a COVID-19.**



## TELECOMUNICAÇÕES



Em apenas um ano, 2021, as operadoras de telecomunicações levaram a cabo 31 subidas de preços.

# Inclusão digital. Operadores privados de telecomunicações impedem direito universal

Portugal tem o acesso mais caro à internet depois do Chipre. É um direito humano reconhecido pela ONU mas longe de cumprir num país em que os operadores de telecomunicações já foram acusados pela Autoridade de Concorrência de formarem cartel para combinar preços, publicidade e distribuição territorial. O governo lançou a tarifa social da internet mas a própria DECO já considerou que a medida é insuficiente e que pode revelar-se ineficaz.

**Bruno Amaral de Carvalho**

A internet assume uma importância sem precedentes. Podemos comunicar entre nós e aceder a um conjunto de informações e serviços de todos os tipos. Para além da generalização do teletrabalho durante a pandemia, podemos encontrar um enorme acervo cultural, serviços públicos e até fazer compras online.

Em 2011, a ONU declarou o acesso à internet como direito humano e, desde então, defende que o acesso à informação abre portas a oportunidades e facilidades, sobretudo no desenvolvimento

social, como a educação acessível e inclusiva, contribuindo para esbater desigualdades. Contudo, os apelos à democratização do acesso às tecnologias da informação não têm sido concretizados e a inclusão digital continua a não chegar a todos.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações, o índice de acesso digital em Portugal está longe de ser o melhor, atrás de todos os países do sul da Europa e muito abaixo dos países do centro e norte do continente. Mais de 20% da população vive em situação de exclusão digital.

Em 2020, a pretexto da crise pandé-

mica, num artigo para a Associação Portuguesa de Economia da Saúde, Manuel Gomes, da University College London, no Reino Unido, apontava como razões, para além da falta de competências tecnológicas e da falta de conhecimentos digitais, a falta de acesso à internet como reflexo das desigualdades socioeconómicas.

De facto, o Digital Economy and Society Index 2021 publicado pela União Europeia em novembro revela que os preços da banda larga em Portugal são os segundos mais elevados a seguir ao Chipre. Segundo uma nota da Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom), este estudo insere os preços das

comunicações em Portugal na categoria de “dispendioso” ou “relativamente dispendioso” em 12 dos 13 perfis de utilização de banda larga fixa; em 11 dos 12 perfis de utilização de banda larga móvel e em todos os 9 perfis de utilização convergentes.

Já em agosto desse mesmo ano, a Anacom denunciara que os operadores de telecomunicações tinham feito 31 subidas de preços em apenas um ano. Também nesse sentido, em novembro de 2021, o presidente da Anacom, João Cadete de Matos, referia que os preços das telecomunicações em Portugal “são dos mais elevados da União Europeia” e defendia

que não se justificavam preços tão altos nos pacotes apresentados pelas empresas do setor.

A esse propósito, a própria Anacom revelou na sua página em dezembro, que “os elevados preços das telecomunicações e o nível da penetração e de utilização da banda larga móvel em Portugal, quando comparados com a média europeia, poderão dificultar a transição digital no país, segundo a OCDE”. De acordo com esta organização, os preços das comunicações eletrônicas são elevados em Portugal e o número de assinantes de banda larga móvel por 100 habitantes, bem como o tráfego de dados móveis por utilizador, “são cerca de 30% mais baixos do que a média da OCDE”.

Estes números, divulgados no relatório “OECD Economic Surveys: Portugal 2021”, podem explicar, em parte, a “baixa penetração de serviços móveis” e o “grande desfasamento da penetração de internet por nível de rendimento das famílias”. Segundo o documento, “apenas cerca de metade das famílias mais pobres dispunham de internet em casa em 2019”.

Contudo, apesar de os preços das telecomunicações terem disparado com a liberalização do setor, a OCDE considera que se deve antes ao facto de a concorrência ser “relativamente baixa” e que o mercado está concentrado em três operadores que dispõem de “quotas significativas” e margens de lucro “elevadas quando comparadas com outros países europeus”. Entre o final de 2009 e novembro de 2021, os preços das telecomunicações em Portugal aumentaram 7,0%, enquanto na UE diminuíram 9,7%. Ainda sobre os tarifários, a organização intergovernamental pede que “as causas dos elevados níveis de preços” sejam “investigadas”.

### Tudo bons rapazes

Em julho de 2020, a Autoridade da Concorrência (AdC) acusou a MEO, NOS, NOWO e Vodafone de terem celebrado um cartel para limitar a concorrência em publicidade no motor de busca Google, prejudicando os consumidores. Os utilizadores que fizessem pesquisas nessa página sobre serviços de telecomunicações contendo o nome de um dos operadores, nos resultados de maior visibilidade nesse motor de busca, não encontravam as propostas para o mesmo serviço dos restantes operadores concorrentes, o que dificultava a comparação das ofertas. Isto acontecia há pelo menos uma década. Segundo a Lusa, este era apenas o segundo processo aberto por cartel nas telecomunicações.

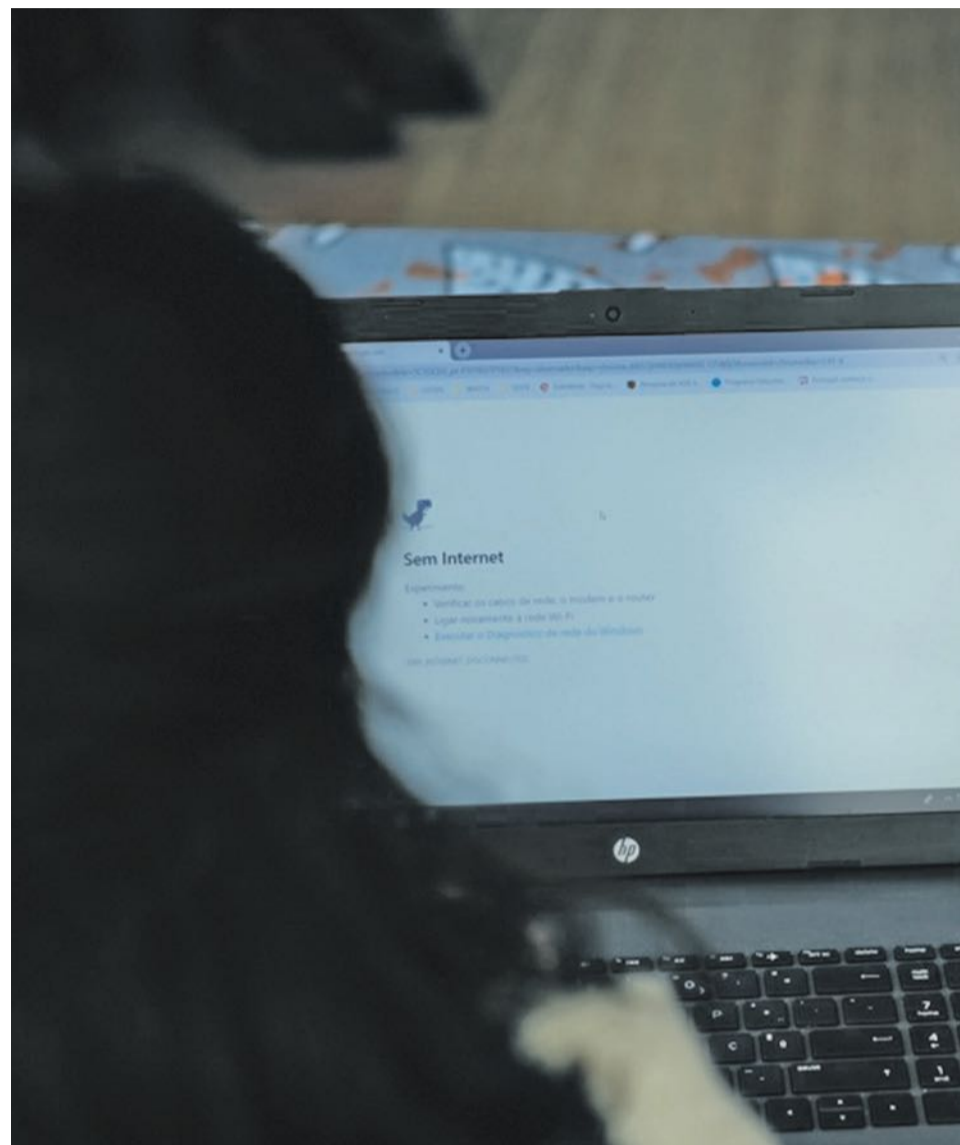
Em dezembro de 2019, a AdC já tinha acusado a MEO e a NOWO de terem constituído um cartel de repartição de mercado e fixação dos preços dos serviços de comunicações móveis, vendidos isolada-

mente ou em conjunto com serviços de comunicações fixas. A Meo foi alvo de uma coima de 84 milhões de euros. Segundo a AdC, as duas empresas assinaram um acordo anticoncorrencial “através do qual a Nowo (antiga Cabovisão) se comprometeu a não lançar serviços móveis fora das áreas geográficas onde disponibilizava serviços fixos, não concorrendo assim, com a MEO nas zonas de Lisboa e do Porto”. A Nowo acordou ainda com a Meo “não disponibilizar ofertas móveis a 5 euros ou menos (ou com preços mais baixos face aos preços de ofertas similares no mercado)”, bem como não “implementar aumentos de preços e reduzir a qualidade nas ofertas em pacote de serviços fixos e móveis”. Em contrapartida, a Meo “comprometeu-se, no essencial, a melhorar as condições contratuais do contrato MVNO celebrado com a Nowo sobretudo no que diz respeito aos preços praticados entre ambas, no contexto da utilização de infraestruturas, e a resolver problemas operacionais no âmbito da execução desse contrato”, detalhou o regulador da Concorrência. Em resposta, a Altice, dona da MEO, não só contestou a multa juridicamente como afirmou que se tratava de uma “postura irresponsável das entidades reguladoras” que deixava “evidente como é encarado o esforço e investimento privados no país, pelo que não nos resta outra opção que não a de retirar as devidas ilações”.

Mas, em dezembro de 2021, a AdC voltou a acusar as operadoras de telecomunicações. Desta vez, MEO, NOS, Vodafone e Accenture foram acusadas de limitarem a concorrência ao combinarem inserção de publicidade para aceder às gravações automáticas. Estas operadoras, com o apoio tecnológico e operacional da Accenture, acordaram entre si “a inserção de 30 segundos de publicidade como condição de acesso dos respetivos clientes às gravações automáticas dos diferentes canais de televisão”. Segundo a AdC, isto fez com que os clientes ficassem “sem incentivo à mudança de operador, apesar de insatisfeitos com as alterações introduzidas no serviço de televisão por subscrição”.

### Monopólio das estações emissoras

Atualmente, o grupo catalão Cellnex detém, em Portugal, as mais de 5 mil torres de telecomunicações localizadas em áreas urbanas, suburbanas e rurais de todo o país. Esta empresa comprou o operador português de torres de telecomunicações OMTEL por 800 milhões de euros, em que 200 milhões correspondem à compra de 25% da participação da MEO na empresa que resultou da venda das torres da antiga PT. A Cellnex comprou os restantes 75% que pertenciam à



Telecomunicações aumentaram 7,0% em Portugal, enquanto na UE diminuíram 9,7%.

Morgan Stanley Infrastructure Partners e à Horizon Equity Partnee, empresa criada em 2017 e que tinha como administradores Sérgio Monteiro e António Pires de Lima, respetivamente ex-secretário de Estado das Obras Públicas e ex-ministro da Economia no governo liderado por Passos Coelho. Tanto um como outro tinham a pasta das telecomunicações.

### DECO critica Tarifa Social da Internet

A 1 de janeiro, entrou em vigor a tarifa social de internet, calculada em função dos baixos rendimentos das famílias. Entre as muitas ofertas, encontra-se o correio eletrónico, acesso a motores de pesquisa, ferramentas de formação e educativas, compra de bens, serviços bancários online e utilização das redes sociais e vídeo chamadas.

Contudo, a DECO critica a medida. Segundo a associação de defesa dos consumidores, a não ser que se fique com acesso apenas à Televisão Digital Terrestre (TDT), ou a opções via satélite com poucos canais, a adesão à tarifa social da internet complementada com um serviço de televisão é mais cara que uma subscrição dos pacotes TV, net e voz mais baratos.

A elevada percentagem de subscritores de serviços de televisão paga em Por-

tugal é de 94% segundo a Anacom e para a DECO este pode ser um sinal de que o acesso único à televisão através da TDT pode vir a “esvaziar de utilidade a tarifa social de internet para quem quer ter ou manter a televisão por subscrição”, uma tarifa limitada a um pacote de 15 GB de tráfego e 12 Mbps de velocidade.

Mas a DECO acusa ainda o governo de fazer baixar a proposta final da Anacom de 30 para 15 GB. Até a 10 de setembro, a Autoridade Nacional das Comunicações previa uma velocidade de 10 Mbps de download e 1 Mbps de upload, com um limite de tráfego de 12 GB, independentemente de a ligação ser fixa ou móvel. Em resposta à DECO, em discussão pública, a Anacom aceitou subir para 30 Mbps de download e 3 Mbps de upload, e o limite de tráfego para 30 GB. Apesar de um dos objetivos de conectividade da UE até 2025 ser de acesso a ligações com uma velocidade de, pelo menos, 100 Mbps, o governo decidiu baixar a proposta para 15 GB e uma velocidade de 12 Mbps de download e 2 Mbps de upload.

Com uma oferta tão básica, com acesso apenas à TDT, há quem tenha receio de que a tarifa social da internet acabe como o Serviço Universal de Comunicações Eletrónicas, que custou 9,8 milhões de euros em cinco anos e não ultrapassou os dois utentes em todo o país.



JAKILSON PEREIRA

# “A nossa luta é pela libertação da comunidade em geral”

Jakilson Pereira é um dos dirigentes do Moinho da Juventude, associação comunitária da Cova da Moura que trabalha com a população. Abandonado durante anos pela autarquia e pelo Estado, este bairro da Amadora enfrenta a falta de investimento público. É uma luta de quem aqui vive e trabalha pelo direito a existir para lá do estigma alimentado pelo assédio mediático e policial.



“O Moinho da Juventude é uma associação da comunidade, para defender os interesses da comunidade.”

**Bruno Amaral de Carvalho**

## Em que medida é que teres nascido em Cabo Verde te fez ganhar consciência social e política?

A consciência política ganhei-a porque sempre vivi muito a questão da luta de libertação. Era uma coisa de que sempre falava entre os meus familiares, até porque tive alguns deles envolvidos nessa luta. Tinham ligação ao PAIGC e traziam informações do Senegal para Cabo Verde. Tive também um avô que foi cercado pela polícia política e teve de se esconder antes de fugir do país.

## E como é que chegas a Portugal?

Eu vim para Portugal com os meus familiares mas não fiquei em Lisboa. Ainda regresssei a Cabo Verde e acabei

por voltar para Lisboa para ficar com o irmão do meu pai, já na Cova da Moura. Entretanto, licenciiei-me em Educação Social porque, na altura, a minha ideia era fazer pedagogia mas depois o Eduardo aconselhou-me este curso, que tinha muita influência no Brasil por causa do Paulo Freire.

## Falas do Eduardo Pontes, o fundador do Moinho da Juventude?

Sim, sim. Naquele tempo, eu ia para lá. Estava sempre com ele na biblioteca.

## Achas que foi uma figura importante para ti, para a tua formação?

Foi uma figura importante porque, mesmo sobre a história de Cabo Verde, aprendi muito com ele. Lembro-me do livro Bastidores da Luta pela Independência.

E ele fez parte do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e tinha muito contacto com as pessoas do movimento [de libertação].

## Como é que se deu o processo de fundação do Moinho da Juventude?

O Moinho da Juventude foi fundado pelos moradores. Há quem diga que foi por causa de um chafariz na parte de baixo da Cova. As pessoas juntavam-se e ali começaram algumas discussões sobre as condições de vida e fizeram um abaixo-assinado para terem uma rede de esgotos. Depois disso, juntou-se o sindicato das empregadas domésticas, que acabou por se diluir no tempo, mas acabaram por fundar o Moinho da Juventude que funcionava primeiro no sótão do Eduardo, depois foram para a Associação de Moradores e, mais tarde, vão para o primeiro edifício do Moinho.



### Hoje em dia, qual é que é o papel da associação no bairro?

A associação tem um papel muito importante e está junto das pessoas. Muitas vezes, quando acontece qualquer coisa no bairro, as pessoas vêm ter connosco e há uma relação de confiança. E a associação é uma associação da comunidade, para defender os interesses da comunidade.

### Como é que se explica a estigmatização que existe em relação a este bairro?

Eu acho que a estigmatização tem muito a ver com uma propaganda mediática que tinha de ser feita para nos expropriar daqui, para aqui ser construído um condomínio de luxo. Isso chegou até a ter projeto na Câmara Municipal. Na altura, os bairros à volta de Lisboa estavam a ser demolidos porque se criou um estigma no espaço geográfico. O problema não é o espaço, o problema que existe é que há muitas pessoas a viverem em condições precárias, muitas pessoas a quem a sua força de trabalho não é reconhecida, trabalham e continuam pobres. E há ainda o problema dos mais jovens, das pessoas que saem para trabalhar e que, com o dinheiro que ganhavam, não conseguiram colocar as crianças na creche. O Moinho conseguiu preencher essa lacuna no bairro. Hoje, temos uma boa estrutura de ATL, de creche, que acaba por dar um bom suporte às famílias, sendo que os jovens estão a ser mais acompanhados.

### Achas que isso ajudou a combater essa imagem que existe do bairro?

Até certo ponto mas não no geral. Muitas vezes, há quem tente apresentar a Cova da Moura como se não fizesse parte do espaço geográfico português. A exceção é utilizada de várias formas, entre elas o abuso de autoridade. Várias vezes, por exemplo, entre os agentes policiais, há jovens que vêm do norte, com toda aquela propaganda contra o bairro, vêm aqui sem nos conhecerem, já mentalizados para um cenário de guerra. Já conheci alguns que me falaram da ideia errada que tinham. Uma vez, estávamos na rua e estava uma miúda que era agente recém-formada e estava a tremer com uma arma. É uma coisa bastante perigosa porque, se acontece qualquer coisa, se um miúdo começar a correr ela pode disparar. E essa estigmatização criou-se e alimentou-se durante muitos anos.

Nós sabemos também que houve, claramente, nas esquadras da Amadora, a criação de uma rede de extrema-direita. Avisámos durante muitos anos. Tínhamos vídeos dos agentes com tatuagens de suásticas e foi-se alertando. O próprio relatório do SIS reconhecia isso. Chegámos a ver aqui agentes à noite a correr armados, a torturar pessoas, coisas horríveis.

### Ouve-se muito falar da violência policial mas, para além disso, de que forma é que o racismo e a discriminação se refletem nas políticas públicas que há em relação ao bairro?

Isso é visível, por exemplo, no único edifício público existente, que é a escola. E foi construída por volta de 1988. E depois vê-se nas ruas, vê-se na higiene urbana. Por exemplo, durante a campanha para as eleições autárquicas, alcatroaram as ruas à volta da Cova. O alcatrão termina na entrada do bairro.

### A Cova da Moura não conta para a autarquia?

Não. As nossas ruas não são alcatroadas há muito. Nós temos aqui, para limpeza do bairro, duas pessoas. Nós estamos a falar de um bairro que tem à volta de 7 mil habitantes. É desumano pedir a duas pessoas que façam essa limpeza urbana. O bairro tem uma dimensão que justifica ter uma equipa de limpeza e não estou a pedir que as pessoas da Associação de Moradores deixem de fazer aquele trabalho, que é um trabalho meritório e com muito esforço, mas devíamos ter mais por parte da higiene urbana.

### Mas essas duas únicas pessoas são da Comissão de Moradores?

Sim, isto é, através de um protocolo que com a Câmara, em que o valor que recebem é o salário mínimo para fazer a limpeza. Aliás, eu acho desumano pedir para eles fazerem mais, devia haver mais investimento. Há coisas inacreditáveis. Toda a gente ouviu em Portugal, na época, falar da iniciativa Bairros Críticos, destinada ao Bairro do Lagarteiro, ao Vale da Amoreira e à Cova da Moura. Todo esse investimento de que se falou na altura, que envolveu muito dinheiro, não foi aplicado na Cova da Moura. Fizeram um polidesportivo, que para nós foi um investimento completamente exagerado quando nós tínhamos mais necessidades do que aquele equipamento. Depois, usaram o dinheiro para obras de construção do Jardim dos Aromas, fora do bairro, na Buraca.

### Para além da intervenção que fazes dentro do bairro, através do Moinho da Juventude, também fazes rap.

Sim, ainda faço rap mas estou mais enferrujado. O rap foi uma boa via de emancipação, uma coisa boa que aconteceu na minha vida. No movimento, éramos muito influenciados pelos Panteras Negras e, mais tarde, fundámos a Plataforma Gueto porque entendíamos que o rap, por si só, não chegava para consciencializar e denunciar. Depois, quando houve o “Arrastão”, achámos que devíamos ter uma voz, passar informação de bairro para bairro, e criámos um jornal, o *Gueto: olhos, ouvidos e vozes*. Foi um sucesso. Nós íamos entregar o jornal e as pessoas sentiam-se orgulhosas e diziam “o nosso jornal, é o nosso jornal”. Mas até isso a polícia perseguiu. Um dia, bloquearam a estrada e vieram ter connosco: “Ó chefe, olhe os gajos da violência policial”. Vieram dizer-nos que a violência policial não existia, para não nos metermos nisso. Houve um que disse que tínhamos muita sorte, que ainda íamos dormir a casa naquela noite.

### Portanto, houve uma reação da polícia ao jornal.

Houve períodos bem complicados. Nunca nenhum cidadão comum me levou a tribunal mas a polícia levou-me quatro vezes com invenções de que os tinha agredido. Eles ficaram furiosos com o jornal. Sabiam que nós não estávamos a cometer nenhum crime e não tinham como nos meter dentro. Uma vez levaram-me para a esquadra, de noite, à espera que alguém denunciasse um roubo. Passado uma hora, apareceu uma senhora a dizer que tinha sido roubada e levaram-me para que ela me visse e disseram-lhe: “É ele, é ele, nós apanhámo-lo”. E a senhora disse que não, que não tinha sido eu. Já me agrediram, já me partiram o nariz, houve episódios muito maus.

### Sentes que isso aconteceu porque tens sido um ativista em defesa dos direitos contra o racismo e contra a discriminação?

Isto na altura não foi só comigo, foi com todo aquele grupo. Lembro-me que quando decidimos fazer uma manifestação contra a morte do Kuku [jovem morto pela polícia no Bairro de Santa Filomena], escolhemos não dormir no bairro. Durante uma semana perseguiram-nos para nos pressionarem. Através do rap e da plataforma denunciávamos a violência policial e os abusos. Todos nós passámos por prisão arbitrária. Depois dos sequestros e tortura em 2015 [caso que se tornou mediático e que levou à condenação de oito agentes], houve uma diminuição mas ainda acontecem abusos. Já aconteceu de nos pedirem a identificação e ao mostrarmos o cartão de cidadão partiam-no.

### A polícia?

Sim, diziam “essa merda não tem valor, até os cães podem ter isso”. E partiam o cartão.

### Entretanto, foste candidato pela CDU e foste eleito para a Assembleia de Freguesia das Águas Livres. Por que aderiste ao PCP?

Tem a ver muito a ver com a forma de trabalho e também com a linha ideológica marxista-leninista. Dentro da Plataforma Gueto, nós defendíamos princípios comunistas, só que não estávamos – falo por mim – em partido nenhum. Observava a forma como os partidos trabalhavam e havia alguns a sensação de aproveitamento político de determinadas temáticas. E isso levou-me a analisar o trabalho de base que o PCP tem naquilo em que se envolve e o compromisso com as pessoas, isso foi uma das coisas que levou a aderir. Há um conjunto de militantes do PCP que estão em diferentes lutas mas não se querem expor e não são paternalistas.

### Mas há quem diga que o PCP tem posições racistas.

Sobre essa questão, recordo que muitos movimentos de libertação, durante a guerra, disseram ter recebido muito apoio do PCP. Muita gente para conseguir chegar à Argélia ou a Conacri teve a ajuda do PCP. Há uma grande contradição hoje em dia. Há pessoas que dizem ser ativistas mas só existem nas redes sociais. Não conhecem os bairros, não conhecem as comunidades racializadas e intitulam-se porta-vozes. O PCP não instrumentaliza a luta para tirar daí proveitos. Há um falso movimento, há uma elite que utiliza a luta para fazer pressão para obter benefícios próprios, obter cargos. É uma instrumentalização da luta para obter benefícios individuais. E depois há uma grande rutura naquilo que é o pensamento da luta anti-racista. A nossa luta é pela libertação da comunidade em geral. Nós não vamos aos patrões e ao governo dizer “nós somos negros formados, esta sociedade deve dar-nos condições para nós, negros formados, termos o nosso escravo negro para nos servir”. Esta gente não quer saber das condições em que a comunidade vive, em que vivem as nossas crianças, a luta deles não é essa. Eu pergunto sempre, porque é que não estão preocupados com a luta das trabalhadoras da limpeza, que representam uma grande parte da comunidade? Ou com os trabalhadores das obras? Os Guaidó anti-racistas estão na moda e afirmam-se representantes das comunidades sem as consultar, sem as conhecer.



## ALMADA

# Associações denunciam crime ambiental



Também a população tem levado a cabo protestos contra a adulteração da mata.

O abate de árvores em dezembro na Mata dos Medos, no concelho de Almada, foi pretexto para vários protestos da população, associações e partidos. Uma grande quantidade de pinheiros mansos foi cortada com recurso a maquinaria pesada em plena reserva botânica, integrada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil

da Costa da Caparica, para a construção de passadiços. Sob gestão do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), a entidade justifica a obra com o objetivo de “conservação de habitats naturais” e de “valorização” da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, com o objetivo de “criação de percursos acessíveis que dimi-

nuam o pisoteio em áreas sensíveis”.

Uma das primeiras críticas veio através de um comunicado assinado pelas associações ambientais Quercus, Acréscimo e Íris no qual se denuncia que esta mata tem um Plano de Gestão Florestal em vigor e que o que se prevê no documento são desbastes e desramações, não “uma operação de exploração florestal, com uso de maquinaria florestal pesada”. O corte “abusivo” de arvoredo não configura a realização de desbastes, mais ainda em área classificada como de conservação, afirma o comunicado. As três associações questionam a presença de uma máquina processadora de abate e toragem de árvores, assim como uma máquina autocarregadora-transportadora e de estilhaçador, que põem em causa solos arenosos de dunas antigas para a construção de passadiços. Sobre a operação, dizem não ter sido encontrado qualquer “procedimento concursal relativo a esta operação, nem outro documento oficial envolvendo a empresa que executa as operações de abate, toragem, extração e trituração dos pinheiros mansos”.

Por sua vez, o deputado José Luís Ferreira, d’Os Verdes, entregou na Assembleia da República várias perguntas, em que questiona o executivo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, sobre o corte, em grande quantidade, de árvores da espécie Pinheiro-manso (*Pinus pinea*). Para além de pedir esclarecimentos sobre “de que forma estes passadiços são compatíveis com a preservação da fauna selvagem e flora da reserva e área protegida”, José Luís Ferreira também quis saber “quantos Vigilantes da Natureza operam nesta área protegida e de que forma conseguem levar a cabo a sua missão”.

O partido ecologista recordou que esta mata foi mandada plantar no século XVIII, com a intenção de fixar as areias das dunas e resguardar os terrenos para a atividade agrícola, com recurso ao pinheiro manso.

## A VOZ do corvo



## ...o rótulo e o conteúdo

Todas as semanas um jornal diário de grande circulação publica um suplemento onde, em posição destacada e profundamente ilustrada, são abordados problemas do ordenamento do território, da indústria da construção civil e da habitação na ótica do comércio imobiliário.

Reconhece-se que pode ser falacioso extrair uma frase de um contexto, mas na ocasião não haverá outra maneira de transmitir o que lá se escreve: *Lisboa em 16º lugar entre as melhores cidades para investir*.

Investir significa aqui, obviamente, um bom sítio para ter lucros fáceis, pois lá se diz também que *Lisboa continua a ser atrativa para os investidores internacionais, mas muitas vezes não encontram oferta do produto que procuram*.

Não admira que não a encontrem, pois um estudo

recentemente elaborado pelo ISCTE revela que a taxa de esforço (relação entre os rendimentos de uma família e a renda que paga) em todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa era cerca de 40% e em Lisboa chegava aos 80%.

Neste quadro não causa espanto que os investidores não encontrem interesse em colocar os seus capitais em setor tão fragilizado, uma vez que o mercado os coloca perante mais aliciantes empreendimentos como bem denota um outro título daquele suplemento: *Terrenos para construção têm ganho novo dinamismo*.

E depois em subtítulo: *Terrenos bem localizados fora das grandes cidades, com bons acessos para construção de prédios multifamiliares ou para autoconstrução são solução para a atual escassez de habitação*.

Estes títulos são reveladores de que qualquer coisa vai mal no reino do imobiliário em Portugal e explica o cenário explodido das nossas cidades. Constrói-se onde os “investimentos são mais interessantes” e não onde um planeamento integrado (habitação, trabalho, comunicações e equipamento social) tenha condições para se implantar em benefício do maior número.

No referido suplemento comercial, com o subtítulo de *Oportunidades* e sob a chancela de um Banco anuncia-se: *Terrenos para construção urbana em...; Conjunto de 7 terrenos rústicos com capacidade construtiva*.

E aí se detetam várias contradições: é na passagem de um terreno rústico “para um terreno com capacidade construtiva” que o promotor imobiliário especulativo vai buscar a totalidade dos seus lucros, mas essa mudança de rústico para urbano exige que a montante exista uma ca-

deia de instrumentos de planeamento que termina, para um promotor imobiliário privado, com a emissão de um Alvará de Loteamento, onde conste, de forma inequívoca, a descrição das infraestruturas a construir, o destino de cada hectare para habitação, equipamento, zonas verdes ou quaisquer outras funções e a caracterização numérica e qualitativa dessas ocupações.

A lei determina, no sentido de uma ocupação racional do território, que nenhum terreno rural possa ser anunciado e vendido como urbano sem estar publicamente emitido o respetivo Alvará e cumpridas todas as obrigações do promotor, a mais importante das quais será, sem dúvida, pelo seu caráter conjuntivo, a construção das infraestruturas. As sanções pelo incumprimento chegam, neste caso, à pena de prisão.

É óbvio que cada um pode vender aquilo que é seu quando muito bem entender, mas deve fazê-lo, mandam os costumes, de forma clara e sem ambiguidades.

Muito se lembrarão da ASAE quando homens encapuçados, de pistola metralhadora em punho, irrompiam pelas feiras e multavam e talvez até prendessem pobres feirantes quando naquilo que procuravam vender não havia coincidência exata entre os rótulos e etiquetas e a verdade do produto.

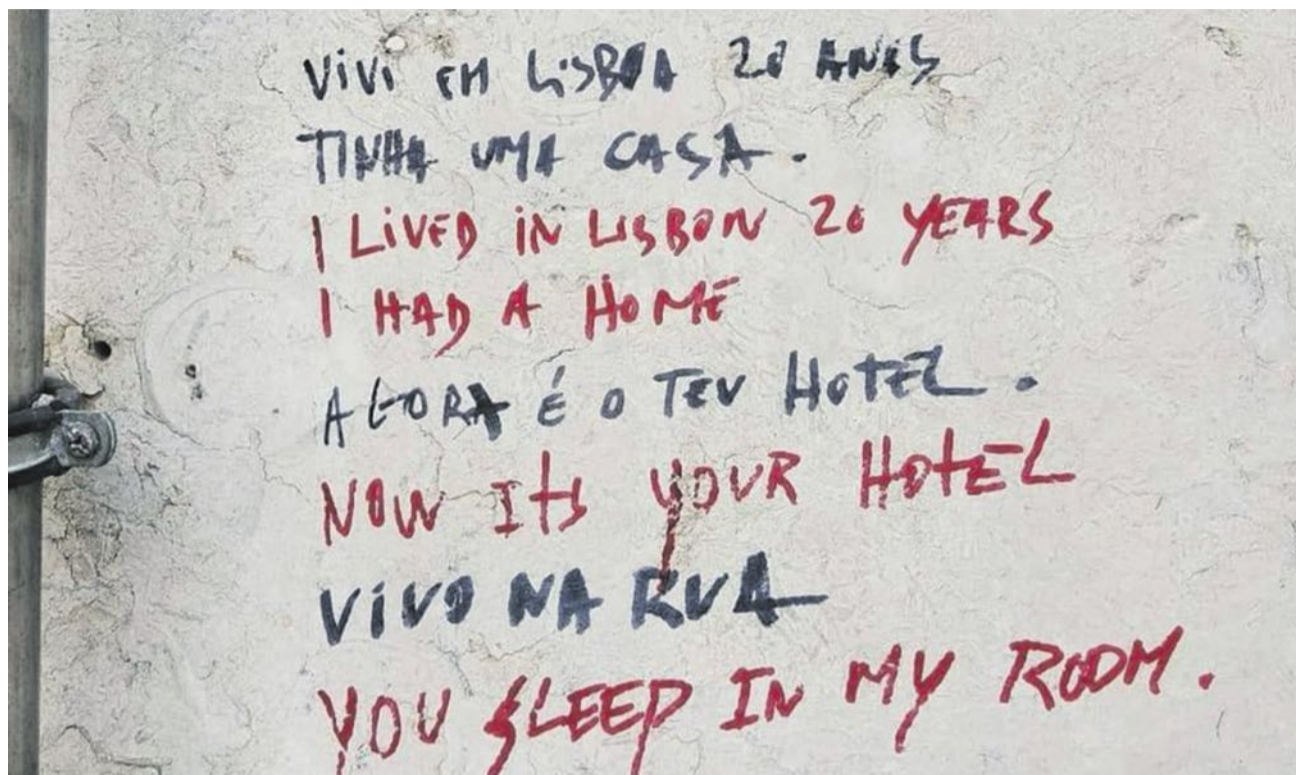
Já se ouviram, sem eco, vozes no nosso Parlamento sobre a necessidade de regulamentar o negócio imobiliário e de conhecer o destino das mais valias geradas.

Sem ironia – talvez seja necessária uma nova ASAE com olhos de outra escala.

Francisco da Silva Dias



## LISBOA



Imóveis foram alienados já no anterior mandato, pela gestão PS.

## Câmara vai transformar património da cidade em Alojamento Local

PS viabilizou várias propostas do executivo PSD/CDS-PP de Carlos Moedas, que autorizam o registo em Alojamento Local de 19 fracções habitacionais na freguesia de São Vicente.

Os vereadores do PCP denunciaram a medida aprovada em reunião extraordinária de câmara com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e a oposição do PCP, BE e da vereadora independente eleita nas listas do PS, Paula Marques.

Segundo o comunicado do gabinete comunista na autarquia, as habitações estão situadas em São Vicente, zona classificada como sendo “de contenção relativa”, tal como está estipulado no Regulamento Municipal de Alojamento Local. De acordo com o PCP, as propostas do PSD/CDS-PP têm como “agravante” o facto de todas as referidas fracções, sem exceção,

integrarem a lista do património imobiliário municipal, “tendo sido alienados num anterior mandato pela gestão PS ao abrigo do programa Reabilita Primeiro Paga Depois”.

Para os comunistas, “a situação de profunda crise habitacional em que milhares de famílias têm vindo a ser expulsas da cidade por agravamento de condições de acesso à habitação”, vai piorar quando o património imobiliário municipal “é desviado da função habitacional para Alojamento Local, acentuando a dinâmica especulativa responsável pela subida dos preços e pondo em causa o direito à habitação”.

## SEIXAL

## Seixal aposta na energia solar

A autarquia do Seixal aprovou um conjunto de apoios financeiros para que as coletividades do concelho instalem painéis fotovoltaicos nas suas sedes.

Segundo o presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos, “este tipo de medidas visam o cumprimento do Acordo de Paris, nomeadamente o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, incentivando o uso de energias limpas no sentido da descarbonização do concelho e permitindo reduzir os custos da fatura paga pelo movimento associativo e instituições sociais, trazendo desta forma uma maior sustentabilidade financeira e ambiental às coletividades e associações”. Para tal, foram aprovados diversos apoios financeiros a associações do concelho, para que estas possam proceder à instalação,

nos seus edifícios, de sistemas solares fotovoltaicos.

Segundo nota da autarquia, a instalação destes painéis pelo movimento associativo apresenta-se “particularmente vantajosa, visto que reduz as emissões de gases com efeito de estufa, que contribuem para a descarbonização do concelho, e a autoprodução de energia conduz à redução da fatura da água, o que permite uma maior sustentabilidade financeira de qualquer instituição”. De acordo com a autarquia, o concelho do Seixal tem mais de 3 mil horas de exposição solar anual, apresentando-se a instalação de painéis fotovoltaicos como uma solução “extremamente proveitosa”.

## SETÚBAL

## Setúbal assegurou refeições às crianças

Em resposta à suspensão da atividade letiva durante estas duas últimas semanas, o município sadino garantiu refeições a crianças carenciadas e o acolhimento de filhos de trabalhadores de serviços essenciais.

Com o anúncio da suspensão das atividades letivas no período de 27 de dezembro a 7 de janeiro, segundo o AbrilAbril, a Câmara Municipal de Setúbal “definiu uma rede de distribuição de refeições a crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo beneficiárias dos escalões A e B da ação social escolar”, a funcionar durante essas semanas.

Este serviço foi também disponibilizado às crianças até aos 12 anos cujos pais necessitassem deste apoio “por desempenharem funções de serviços essenciais sem possibilidade de teletrabalho”. Durante este período, as sedes dos agrupamentos escolares de Setúbal estiveram abertas para receber as crianças cujos pais não pudessem ficar em casa: “a EB 2,3 Azeitão, EB/S Lima de Freitas, EB 2,3 Barbosa du Bocage, EB 2,3 Luísa Todi, EB/S Ordem de Sant’Iago e EB/S Sebastião da Gama”.

As refeições foram disponibilizadas na EB 2,3 Azeitão, EB Brejoeira, EB/S Lima de Freitas, EB 2,3 Barbosa du Bocage, EB 2,3 Luísa Todi, EB/S Ordem de Sant’Iago e EB/S Sebastião da Gama e na Junta de Freguesia do Sado.

Já as crianças que se encontrassem em isolamento profilático receberam as refeições no domicílio.

## SETÚBAL

## Trabalhadores da Amarsul em greve exigem direitos

Os trabalhadores da empresa de limpeza de resíduos urbanos Amarsul cumpriram, em dezembro, cinco dias de greve e realizaram um plenário com a aprovação de uma resolução, entregue à administração desta empresa do Grupo Mota-Engil. Através do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, os trabalhadores exigem uma resposta da Amarsul ao caderno reivindicativo apresentado. Aumento imediato de salários, do subsídio de refeição e transporte, para fazer face ao poder de compra perdido nos últimos anos, assim como a atribuição de um subsídio de risco extraordinário, no quadro do surto epidémico do novo coronavírus, são algumas das exigências. Os trabalhadores reivindicam ainda o fim dos vínculos precários e o respeito integral pelo Acordo de Empresa existente na Amarsul.



## ECONOMIA

# Inflação vai diminuir poder de compra



A taxa de inflação em Portugal tem apresentado uma tendência de aceleração.

O regresso da inflação devido aos custos da energia está a fazer disparar os preços de muitos produtos e põe em risco, uma vez mais, o poder de compra dos trabalhadores. As atualizações salariais não devem ser suficientes para a subida num país em constante quebra na capacidade de adquirir bens e serviços.

A taxa de inflação em Portugal tem apresentado uma tendência de aceleração e atingiu em novembro os 2,6%. No último mês, subiu para 2,8%. Só na Alemanha, o índice de preços no consumidor chegou aos 6% em novembro. Em Espanha, ficou acima dos 5%. Na zona euro, a subida da inflação superou as expectativas do mercado e cifrou-se nos 4,9%. É provável que aproveite esta tendência para rever as taxas de juro e seguir a decisão do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos Estados Unidos.

O instituto português de estatística apontou, segundo a Lusa, que, relativamente aos últimos 12 meses, se estima uma variação média de 1,3%. Já o indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos ali-

mentares não transformados e energéticos) terá registado uma variação de 1,8%, tendo aumentado face aos 1,7% verificados no mês anterior. “Estima-se que a taxa de variação homóloga do índice relativo aos produtos energéticos se situe em 11,2% (14,1% no mês precedente), enquanto o índice referente aos produtos alimentares não transformados terá apresentado uma variação de 3,2% (0,8% em novembro)”, indicou o instituto. Face ao mês anterior, a variação do IPC terá sido nula (0,4% em novembro de 2021 e -0,1% em dezembro de 2020). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português terá registado uma variação homóloga de 2,8%, contra 2,6% no mês anterior.

A subida da inflação não afeta apenas o preço dos produtos básicos que compramos. Representa um risco real para as famílias, confrontadas com um cenário em que o crédito bancário para a aquisição de casa pode aumentar e, com isso, também a pressão sobre o orçamento doméstico. Em Portugal, quase 70% das casas são compradas a crédito.

## LEGISLATIVAS

# Governo não garante voto de isolados

O número de mesas de voto antecipado vai passar para o dobro em resposta ao aumento de casos de covid-19 depois do aparecimento da variante Omicron. Contudo, o secretário de Estado diz que “não pode fazer nada” pelos eleitores que estiverem em isolamento entre 24 e 30 de janeiro.

Segundo uma nota do governo, vão ser constituídas 1303 mesas de voto antecipado em mobilidade, “ou seja, mais 628 mesas que as constituídas para as presidenciais de 2021, onde foram constituídas 675 mesas de voto antecipado”.

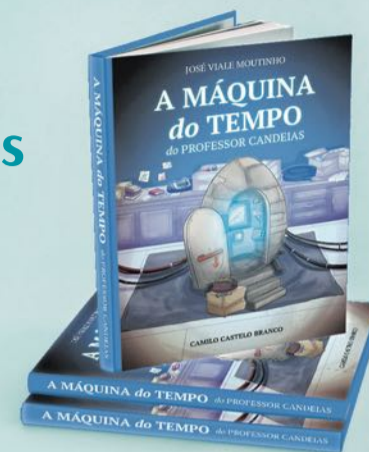
Quando questionado sobre as soluções previstas pelo executivo caso milhares de eleitores fiquem isolados depois de findo o voto antecipado, Antero Luís

afirmou que o governo “não pode fazer nada”. Para o secretário de Estado, “sempre foi assim” e não há volta a dar. “Eu não sei onde é que está a novidade, é que no passado também não teve”, acrescentou.

O membro do governo referiu que não se sabe qual vai ser o ponto da situação no dia das eleições, chamando a atenção para a “experiência de outros países onde os picos já passaram”. “Esse contexto é incontornável do ponto de vista da logística. O que nós cumprimos é efetivamente o que está na lei”, justificou.

Sobre se a possibilidade de centenas de milhares de eleitores poderem ficar sem poder exercer o direito ao voto e isso condicionar o resultado eleitoral, Antero Luís questionou: “por que é que haveria de condicionar?”.

## A VOZ dos livros



### *A Máquina do Tempo do Professor Candeias*, de José Viale Moutinho

Vivemos um tempo em que os responsáveis pelo ensino em Portugal, na ânsia de tudo mudar para que o essencial, o que conta nas nossas vidas, fique na mesma, ou pior, têm vindo, paulatinamente, a expurgar dos manuais da língua e da cultura portuguesa, com desabrida fúria, com criminoso acinte, alguns dos autores mais importantes da nossa literatura, entre os quais se inclui, pela importância que a sua obra tem na nossa literatura, pela forma como tratou a língua, pela superior capacidade narrativa, esse genial escritor que foi Camilo Castelo Branco.

Percorremos todo o programa oficial dos 6ºs aos 12ºs anos da escolaridade obrigatória, e nem um único livro de Camilo é referido num universo, cada vez mais estreito e monolítico, em que avultam, e bem, 3 textos de Manuel António Pina; 2 de Sophia e outros tantos de Ilse Losa e Saramago. Particularmente insólito e chocante a presença no programa do 9º. Ano de 2 autores do Brasil e de um inglês, sendo que nenhum autor autóctone faz parte da lista.

Não bastava aos responsáveis (?) do Ministério da Educação terem retirado dos manuais, por razões de ordem ideológica, esse clássico absoluto da nossa literatura que é *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes; de terem ignorado sobranceiramente o magnífico livro de José Gomes Ferreira que é *As Aventuras de João Sem Medo*, agora, esses doutos senhores, até impõem a um autor como Camilo Castelo Branco o seu grosseiro manto de esquecimento. O que se passa no ensino oficial, no que à nossa Literatura diz respeito, é de lesa cultura e a merecer um amplo e urgente debate público.

A esse silêncio se opôs, e opõe, José Viale Moutinho, que à figura de Camilo e à sua incontornável obra literária tem dedicado muito do seu labor crítico, criativo e divulgador. Como acontece com este excelente texto dedicado aos mais jovens, que de forma expedita, didática, com os elementos de humor e de aventura, a servir uma escrita límpida e serenamente eficaz, nos fala e conta a vida e obra desse património literário que é Camilo Castelo Branco, coadjuvado na função pelas belas ilustrações de Sofia Reis.

O resultado deste trabalho, a vários títulos exemplar, reside na forma como o autor(es) construiu este texto e no seu amplo alcance – a um tempo pedagógico, literário e cultural. A suprir lacunas e irresponsabilidades.

*A Máquina do Tempo do Professor Candeias*, de José Viale Moutinho – edição imprensa académica/2021.

Domingos Lobo



## TRABALHADORES



Os trabalhadores deliberaram “o combate à contínua precarização da mão de obra” na Sumol-Compal.

## Sumol+Compal parte para a greve

Os trabalhadores da Sumol+Compal cumprem um dia de greve em todo o país, a 12 de janeiro, em todos os estabelecimentos da empresa. No mesmo dia, realizam uma manifestação em frente à Câmara Municipal de Almeirim com a presença da secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha.

Os trabalhadores da Sumol+Compal realizaram plenários sindicais nas unidades fabris de Almeirim e Pombal e decidiram emitir um pré-aviso de greve para o dia 12 de janeiro, com concentrações à porta das fábricas de Pombal e Almeirim. Decidiram ainda, manifestar-se em Almeirim, em frente à câmara municipal, com a presença da secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha.

Esta decisão decorre, segundo o SINTAB, “da intransigência que a administração tem demonstrado na recusa da séria negociação da carta reivindicativa apresentada pelos trabalhadores”.

Entre as reivindicações encontra-se a reformulação do escalonamento da tabela salarial, “quase totalmente absorvida pelo salário mínimo nacional” e a implementação de “perspetivas de progressão de carreira”. Sem qualquer resposta concreta da administração, estes trabalhadores já em novembro tinham deliberado “o combate à contínua precarização da mão de obra”, que acontece, segundo o SINTAB, por “recurso excessivo e injustificado à prestação de serviços externos e trabalho temporário”. Os trabalhadores contestam ainda os despedimentos coletivos dos últimos anos.

## TRABALHADORES

## Bancários da Caixa fizeram greve

A greve decorreu nos dias 30 e 31 de dezembro, contra a “total soberania, intransigência e desrespeito para com os trabalhadores” da administração do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

O Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC) “esteve, desde o início deste processo, com total responsabilidade e disponibilidade para negociar, mas não pode aceitar a desconsideração reiterada da administração sobre os trabalhadores da CGD, defendeu a estrutura num comunicado enviado ao AbrilAbril. Em causa está a proposta de aumento salarial de cerca de 0,4%, uma proposta que os trabalhadores consideraram “insultuosa e vergonhosa”.

A CGD, entre 2020 e os primeiros nove meses de 2021, “alcançou um resultado próximo dos mil milhões de

euros, os maiores lucros de toda a banca em Portugal, um valor astronómico, demonstrativo da forte solidez financeira da empresa, que possibilitou a entrega ao Estado de um dividendo extra de 300 milhões de euros”.

“Muitos e muitos” destes milhões só foram alcançados com o “trabalho, empenho e dedicação de todos os trabalhadores”, demasiados para que a administração da CGD, recompense este trabalho com uma “miserável” proposta de 0,4% de aumento salarial.

Com uma “inflação prevista para 2021 superior a 1%”, e a “contínua deterioração e degradação das condições de trabalho”, nomeadamente a pressão para que os trabalhadores não “cumpram com o horário de trabalho legalmente estabelecido”, a resposta dos trabalhadores só pode ser a reivindicação e a luta, defende o sindicato.

## TRABALHADORES

## Festas com sabor amargo no parque VW Autoeuropa

O ano que agora terminou foi o terceiro melhor de sempre na Volkswagen Autoeuropa, mas os trabalhadores não tiveram qualquer atualização salarial.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Sul (SITE Sul) chamou a atenção, através de uma nota de imprensa, para o “sabor amargo” que esta época de festividades teve para os trabalhadores do complexo industrial de Palmela.

O SITE Sul denunciou que a Volkswagen não reconhece “o papel fundamental e determinante dos trabalhadores no sucesso da empresa e na concretização dos resultados alcançados” e recordou que, “apesar dos resultados históricos anunciados”, não tiveram qualquer atualização salarial, “numa altura em que o custo de vida aumenta vertiginosamente”.

Esta estrutura sindical afeta à CGTP-IN revela ainda que a “pretexto da crise dos semicondutores e da epidemia”, a administração da empresa “está a criar um clima de instabilidade no seio dos trabalhadores, através da chantagem e do medo relativamente à manutenção de todos os postos de trabalho”.

Mas a situação é ainda pior no conjunto de empresas fornecedoras da Volkswagen na região. De acordo com o SITE Sul, “as administrações de algumas destas empresas, situadas no parque industrial – como a Vanpro, a Gefco, a SMP, a SAS, entre outras –, avançaram para o despedimento de trabalhadores com contratos de trabalho a prazo e de trabalho temporário, depois de a VW Autoeuropa ter comunicado que, no primeiro trimestre de 2022, não irá existir produção aos fins-de-semana (sábados e domingos) e vai aplicar, aos contratos com os fornecedores, tarifas baseadas no horário AE15”. Houve mesmo empresas que chegaram a despedir trabalhadores com vínculo efetivo.

Este sindicato recordou que para além dos lucros das últimas décadas, estas empresas, incluindo a Volkswagen, receberam apoios do Estado no âmbito da pandemia.

Contra a “aceitação da injustiça, da discriminação e do desrespeito sobre os trabalhadores”, o STEC, a organização sindical mais representativa dos trabalhadores do Grupo CGD, convocou a greve realizada nos dias 30 e 31 de dezembro, com uma concentração para o dia 30 de dezembro junto à sede da CGD na Av. João XXI, em Lisboa.

Os trabalhadores lutam, entre outros aspetos, por um aumento justo dos salários e das pensões, contra os milhares de horas extraordinárias não pagas, a destruição de postos de trabalho e o encerramento de agências bancárias. No âmbito desta ação, os trabalhadores reclamaram também melhores condições de trabalho e de atendimento ao público, sublinhando a sua apreensão face ao enfraquecimento da CGD, que ano após ano vem perdendo quota de mercado.



## CHILE



Boric, 35 anos, é um ex-líder e ativista estudantil, e ex-deputado.

## Do Chile para a América Latina entre optimismo e a cautela

A vitória de Gabriel Boric nas presidenciais do Chile está carregada de euforia à esquerda e de simbolismo pela derrota do legado de Pinochet. Mas também de avisos às dificuldades de governação

### Raquel Ribeiro

“Se o Chile foi o berço do neoliberalismo na América Latina, também há-de ser o seu túmulo”, afirmou, no discurso de vitória, Gabriel Boric, eleito contra o candidato pinochetista de extrema-direita José Antonio Kast.

Boric, 35 anos, é um ex-líder e ativista estudantil, entretanto eleito deputado ao Parlamento com a Apruebo Dignidad (AD), frente de coligações de esquerda, de que fazem parte, entre outros, o Partido Comunista do Chile, partidos regionalistas, e a esquerda cristã. É o mais jovem presidente da América Latina e o mais votado de sempre em eleições no Chile.

### À esquerda, euforia

Esta eleição coroa 2021 como um ano de transição no Chile. As revoltas sociais e económicas de 2019 que le-

varam à rua milhões de chilenos em protesto, resultaram nas cedências do presidente Sebastián Piñera para a eleição de uma Assembleia Constituinte, com o intuito de redigir uma nova Constituição que enterrasse a herdeira da ditadura de Pinochet, ainda vigente. É esta Constituição que Boric terá de negociar para um plebiscito no Outono de 2022.

Em 2021, o Chile elegeu uma Assembleia Constituinte (pela primeira vez com total paridade de género e eleitos representantes dos povos indígenas), assistiu a profundas mudanças nas eleições regionais (Irací Hassler do Partido Comunista chileno tornou-se presidente da Câmara de Santiago), e duas câmaras do Parlamento (onde a direita obteve a maioria).

2021 foi também um ano de grandes transições à esquerda na América Latina: o sindicalista Pedro Castillo venceu a presidência do Peru (não sem enorme pressão da herdeira de

Fujimori para impugnar o resultado; e aos quatro meses de mandato, enfrenta já um processo de destituição por alegada “incapacidade moral”); Xiomara Castro foi eleita nas Honduras pela coligação de esquerdas oposta ao golpe de 2009; o sandinista Daniel Ortega voltou a vencer na Nicarágua; e nas regionais venezuelanas, o PSUV confirmou a popularidade em 45% dos municípios. Com o regresso do MAS ao poder na Bolívia no final de 2020 (após o golpe de Estado contra Evo Morales em 2019) a América Latina está claramente a virar à esquerda.

E em 2022, há eleições no Brasil e na Colômbia, onde tanto Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) como Gustavo Petro (coligação progressista de esquerda, Colômbia Humana) estão destacados para vencer, e transformar o legado catastrófico, económico, social e pandémico, dos ultra-liberais Jair Bolsonaro e Iván Duque.

### Cedências e cautelas

As reacções à vitória de Boric não se fizeram esperar. A *BBC Mundo* perguntou de imediato que papel teriam os comunistas no futuro governo, jogando abertamente com o fantasma do golpe de 1973 e sugerindo que o Chile se tornará na “próxima Venezuela”.

Dias antes, o site financeiro *Bloomberg* noticiava uma fuga de capitais do país andino: 8.8 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2021, mais de 24.3 mil milhões desde 2019, valores equivalentes a 9% do PIB/ano. O *Financial Times* deu conta da queda histórica do peso chileno e da bolsa de Santiago (sobretudo nas empresas de lítio e água, ambas privadas).

Os “mercados” parecem não simpatizar com Boric e com o seu discurso sobre saúde, educação e habitação públicas, nacionalização das pensões e distribuição da riqueza, mas para aprovar a nova Constituição, e para conseguir governar, o futuro presidente vai ter de fazer concessões aos conservadores.

Na *New Left Review*, a cientista política Camila Vergara, lembrava que Boric tem sido tanto elogiado como criticado pela “atitude conciliatória face à direita”. Enquanto deputado, aprovou a lei “anti-barricada”: “Criminalizou o protesto, impondo penas de prisão entre dois meses e cinco anos para aqueles que ocupam espaços públicos ou constroem barricadas. Mais tarde, desculpou-se por apoiar a reforma, admitindo que deu mais poder arbitrário à polícia e aos juizes, mas recusa-se a apoiar o perdão para aqueles que foram presos”, escreve Vergara. A sua vitória, diz, “muito provavelmente será uma reconfiguração das forças estabelecidas, com o objetivo de implementar o que Boric chama de ‘transformação responsável’, que eclipsa as energias radicais desencadeadas em 2019”.

No dossier de Dezembro sobre a América Latina, a revista *Tricontinental* lembrava que, apesar das mudanças no continente, os mecanismos da ofensiva da extrema-direita reacionária, e as suas configurações mais ou menos neo-fascistas, não cessaram: aliados das bancadas conservadoras evangélicas, do discurso de ódio, do grande capital extractivista, do agrominério e do minério, da “mão invisível” das conspirações alimentadas pela nova tecnologia e pelo algoritmo, esta foi uma década em que “Washington aumentou os seus níveis de intervenção, sofisticou os seus métodos e alcançou o seu objetivo de desestabilizar o progressivo equilíbrio de poder na América Latina.”



JOSÉ DIAS COELHO

# O mundo a transformar: mote ou resposta



Vanessa Borges

No dia 19 de Dezembro de 2021 cumpriram-se 60 anos do assassinato de José Dias Coelho. De tantas mortes levadas a cabo pelo fascismo durante os seus longos e sombrios 48 anos, esta foi particularmente revoltante. O crime consternou todos os que dele souberam, pela violência do ato e frieza dos assassinos, sendo um dos

pontos mais baixos da história da ditadura. Passou quase impune, mas chocou e comoveu muitos, também porque José Dias Coelho era conhecido quer na sua qualidade de funcionário do Partido Comunista, quer enquanto artista plástico.

Na pessoa de José Dias Coelho, as dimensões de artista e de militante coexistiram desde cedo na sua vida. Contudo, houve um dia em que o artista que lutava contra o fascismo abandonou a perspectiva de desenvolver - em jeito de trabalho - a sua arte e mergulhou na clandestinidade, abraçando tarefas de grande responsabilidade, determinantes para a Revolução de Abril. O artista não desapareceu nesse dia, mas foi severamente penalizado em prol de um combate que permitiria dar o passo maior para a libertação de um povo de trabalhadores, dentre os quais, artistas.

Para quem faz arte e molda a música, as palavras ou o barro, interromper a criação pode ser violento. Às ideias não lhes é permitido seguir o seu curso natural e culminar em obra. A carreira artística de Dias Coelho, que já vinha sendo intermitente, foi efetivamente sacrificada com a sua passagem à clandestinidade. Ainda assim, reconhecemos-lhe gravuras e outros desenhos que foi fazendo para a imprensa clandestina e que em muito elevaram a qualidade destas publicações. O seu talento - termo que aqui usamos para definir sensibilidade e inclinação aliadas à educação e ao trabalho - teve corpo e expressão dentro dos limites da sua vida dedicada à luta contra o fascismo. O artista teve um percurso, diferente talvez do da maioria dos seus contemporâneos, e que foi definitivamente terminado com a sua morte precoce. Mas a arte de José Dias Coelho não deixou a desejar e não poderia ter sido de outra forma, porque a sua vida também não.

Da mesma forma que um artista não pode deixar de o ser sendo privado das suas ferramentas de trabalho, também um revolucionário não deixará de o ser se se dedicar à sua atividade artística. Num Portugal libertado do fascismo, a arte de Dias Coelho seria sempre sobre os sujeitos que lhe eram caros, o mundo que o rodeava e as pessoas que o habitam. Portugal, porém, não era livre durante a sua vida. José Dias Coelho escolheu dedicar-se à luta antifascista de forma inteira, porque ainda que isso implicasse silenciar o artista em si, permitiria que tantos outros se emancipassem.

A luta para a qual Dias Coelho deu a vida levou a que fosse dado um passo determinante na democratização da produção e fruição culturais. Essa luta não está terminada. O ofício de artista, nos nossos dias, continua sujeito a regras de mercado e de estética que passam ao lado da esmagadora maioria do povo, e está não só reservado a uma elite como não habita sequer o sonho da maioria dos que, ainda assim, vão criando e produzindo arte. Tímida e desgarradamente, porque há contas para pagar, comida para pôr na mesa e um sem número de constrangimentos que, numa sociedade realmente livre, não se colocariam.

É com esse mundo livre, porém, que a arte nos permite sonhar e José Dias Coelho, artista de olhar ávido, curioso, quase pueril e sempre deslumbrado, com o seu exemplo humano, comprova que o sonho, a luta e a vida são indissociáveis. Que a criação artística não está desligada do contexto que habita, mas que também ela tem o poder de mover montanhas. José Dias Coelho escreveu “Em toda a parte há / um pedaço de mim / que se quer dar”. Mote ou resposta, a verdade é que em toda a parte há um pedaço de mundo a transformar.

## Sugestões culturais

**Fenomenologia do Espírito**  
Hegel



“A Fenomenologia do Espírito”, enquanto objecto (...) enfrenta, e desvenda, um envencilhado mundo de complexidades(...). Nos variegados pretextos, contextos, intertextos, e sobretexos, que lhe forram a vestidura e mobilam a entranha. Por isso, o livro não consente que a cansaia do estudo entre de licença, e que os trabalhos de busca e salvamento da compreensão sejam interrompidos.

**Alegre história da música em 62 min**  
Teatro Bocage



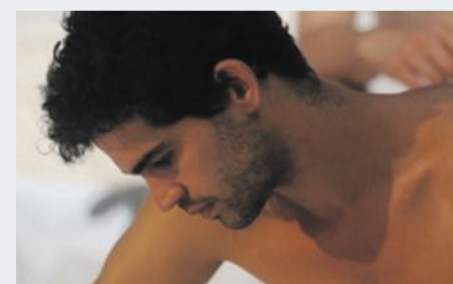
“Mantendo o foco na importância da história, a música mistura-se com a arte dramática, num espetáculo de teatro único - da pré-história, com seus instrumentos rústicos e rudimentares, até composições de génios e instrumentos cada vez mais modernos e sofisticados. Até 29 de Janeiro.

**“Ato (des) colonial”**  
Museu do Aljube



“A exposição pretende contribuir para o questionamento da herança colonial no nosso país, em particular durante o período da ditadura, e para a valorização das experiências de resistência anticolonial enquanto processos determinantes para a autodeterminação e independência dos povos africanos, mas igualmente para o derrube do fascismo em Portugal.”

**Obstrução**  
Artistas Unidos



“São pequeníssimos textos - escritos por Dimítris Dimitriádis, - a partir de mitos gregos. Mas aquilo que ele quer não é voltar a falar do passado, é questionar o presente: quem é agora Narciso? Quem é agora Tântalo? Que desejo (porque é disso que se trata), se imiscui no meio destas personagens desabrigadas, nuas, tristes?” Até 20 de Janeiro.



## IRLANDA



O relatório final sobre os acontecimentos, revelado em 2010, descreveu-os como “injustificados e injustificáveis”.

## Bloody Sunday foi há 50 anos

Luke Callinan

“Foi com a fúria nos calcanhares  
Cruzei Bogside de amargo afecto  
Cristã piedade! – Foi num dia  
De gelo e névoa, arruinado.”

*Butcher's Dozen*, Thomas Kinsella (1928-2021)

Na tarde de domingo, 30 de janeiro de 1972, em Derry, na Irlanda, três mulheres perderam os seus maridos, 19 crianças ficaram sem pai, 20 pais perderam um filho e 99 outras perderam um irmão. As circunstâncias que levaram a este desfecho, agora cravado na nossa memória coletiva como “Domingo Sangrento” (*Bloody Sunday*), são essenciais para a compreensão deste período traumático na história da Irlanda.

No início da década de 60 [do século XX], republicanos e nacionalistas irlandeses iniciaram um debate em torno da natureza do Estado da “Irlanda do Norte” e da discriminação em torno de direitos fundamentais contra uma parte da sociedade. Isto levou à criação da “Northern Ireland Civil Rights Association” (NICRA), [Associação dos Direitos Cívicos da Irlanda do Norte], em janeiro de 1967. Nesta associação estavam sindicalistas, comunistas, republicanos e nacionalistas. As suas seis exigências eram: “Uma pessoa, um voto”, para permitir o voto de maiores de 18 anos e acabar com os votos de empresários, que valiam mais; acabar com o constante redesenho de círculos eleitorais para garantir majorias unionistas; o fim da discriminação em empregos do Estado; o fim da discriminação no acesso à habitação pública; o fim do “Special Powers Act” [Decreto de Poderes Especiais], que permitia a detenção e prisão sem julgamento; e o desmembramento da “B-Specials”, uma força policial sectária lealista.

A campanha pelos direitos civis gerou uma confiança renovada e espírito de superação na comunidade nacionalista/republicana, o que gerou respostas ainda mais beligerantes por parte do Estado britânico às exigências de igualdade. Em julho de 1969, um idoso católico de nome Francis McCloskey, que havia ido à cidade de Dungiven, no condado de Derry, para fazer compras, foi espancado até à morte por membros da RUC (Royal Ulster Constabulary), uma força policial. Nunca ninguém foi interrogado ou acusado. Este tipo de ocorrências repetiu-se várias vezes em muitas cidades e vilas do norte da Irlanda. Famílias católicas foram intimidadas por gangues de lealistas até abandonarem as suas casas, em zonas onde foi levada a cabo uma limpeza étnica, o gás-pimenta era utilizado em habitantes da zona de “Bogside”, em Derry, e aumentou ainda mais a violência policial. A bandeira tricolor irlandesa foi proibida, bem como os “hurls” – stiques utilizados no “hurling”, um desporto irlandês.

Em agosto de 1971, o exército britânico lançou a “Operação Demetrius”, detendo e prendendo um grande número de pessoas por todo o norte da Irlanda, “suspeitos” de serem republicanos, sem qualquer acesso a julgamento. Esta medida severa e draconiana adotada pelos britânicos foi a mais violadora dos direitos humanos e fez mais pela escalada do conflito do que quaisquer eventos anteriores. Numa primeira fase, soldados britânicos armados lançaram buscas, a meio da noite, que resultaram na detenção de 342 homens, todos oriundos de comunidades nacionalistas e republicanas.

A 9 de Agosto, na zona republicana de Ballymurphy, a oeste de Belfast, 10 foram assassinados a tiro pelo Regimento de Paraquedistas, (Paras) do Exército britânico. Outro homem morreu de ataque cardíaco, após o mesmo corpo militar simular a sua execução. O argumento dos “Paras”, de que estavam apenas a responder aos disparos de republicanos que os atacavam, caiu por terra ao ficar provado, em maio de 2021, que era falso, 50 anos depois dos assassinatos.

Na manhã de 30 de Janeiro de 1972, cerca de 15.000 pessoas juntaram-se em Derry para se manifestarem contra a “prisão sem julgamento”. Os soldados terroristas do Regimento de Paraquedistas foram mais uma vez acionados. O IRA tinha acordado manter-se afastado das zonas em caso de haver provocações das autoridades, uma vez que os organizadores pretendiam uma marcha pacífica.

À medida que a manifestação avançava pelo itinerário acordado, surgiu uma barricada colocada pelo exército britânico, que impedia o acesso ao centro da cidade. Começaram então os confrontos entre os manifestantes e os britânicos, o que não era raro. Os manifestantes atiravam garrafas e pedras, os britânicos respondiam com gás-pimenta e balas de borracha. Porém, quando os oradores se encontravam prontos para falar aos manifestantes, o Regimento de Paraquedistas abriu fogo com munições reais.

A marcha acabou cercada numa área semelhante a um campo de futebol quando os “Paras” abriram fogo. Seguiu-se o caos, com pessoas a tentarem escapar. Em menos de 30 minutos, 13 homens desarmados foram mortos, para além de duas mulheres e 16 homens feridos, um dos quais viria a falecer.

Prontamente, o exército inventou uma história para encobrir o sucedido. O comandante militar do norte surgiu na televisão a dizer que os soldados apenas tinham disparado quatro tiros. O General Michael Jackson, membro do regimento de paraquedistas, alegou que todos os tiros foram disparados na direção de um membro do IRA que havia sido identificado, para além de que quatro dos mortos estavam na lista de mais procurados pelo exército britânico. Esta versão foi largamente aceite como verdadeira e encontrou eco nos media convencionais irlandeses e britânicos.

O “Widgery Tribunal”, criado pelo Primeiro-Ministro britânico Edward Heath, ilibou todos os soldados de qualquer comportamento condenável ao aceitar todos os testemunhos do regimento de paraquedistas. A conclusão: “não teria havido mortes em Londonderry a 30 de Janeiro se aqueles que organizaram a marcha não tivessem criando uma situação altamente perigosa”.

O resultado da violenta repressão como resposta às exigências de direitos civis e fim da discriminação e repressão, foi um enorme aumento da resistência irlandesa ao domínio britânico na Irlanda. O “Irish Republican Army (IRA)” [Exército Republicano Irlandês] cresceu significativamente no período entre 1969 e 1973, e em meados da década de 70, estava em posição de poder realmente fazer frente, militarmente, ao poderio do exército britânico. Num documento interno revelado em 2006, altas figuras do exército britânico descreveram o IRA como sendo “profissional, dedicado, altamente preparado e motivado”, admitindo que se tinha tornado numa das organizações “terroristas” mais eficientes da História.

Durante mais de 40 anos, familiares dos 15 civis desarmados brutalmente assassinados no Domingo Sangrento lutaram pela verdade e pela justiça. Em 1998, decorriam conversações para o que viria a ser conhecido como Acordo de Belfast, que colocava um ponto final no conflito armado na Irlanda. Durante as negociações, o Primeiro-Ministro Tony Blair anunciou um novo inquérito aos acontecimentos do Domingo Sangrento. A existência de um segundo inquérito foi algo sem precedentes na história legal britânica.

O relatório final foi revelado em junho de 2010, e milhares de pessoas juntaram-se em Derry para ouvir que todas as vítimas foram declaradas inocentes. Os acontecimentos daquele dia foram descritos como “injustificados e injustificáveis”.